

Mercados institucionais na agricultura familiar Dificuldades e desafios¹

Márcia Maria de Paula²
Quésia Postigo Kamimura³
José Luís Gomes da Silva⁴

Resumo – A agricultura familiar tem hoje a possibilidade de acessar o mercado institucional, que é uma alternativa de aproximar do consumidor a produção de base familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O presente estudo visa descrever a trajetória do acesso a esses mercados no Município de Mineiros, GO, identificando os principais desafios e dificuldades enfrentados e destacando os atores sociais participantes do processo. Como metodologia, buscaram-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental nos relatórios institucionais, documentos e sítios oficiais das instituições ligadas à agricultura nesse município. Os resultados mostram que o acesso ao Pnae deu-se, em 2012, de forma incipiente, com a venda de produtos às escolas municipais na ordem de 0,63%; e, em 2013, os projetos de venda do Pnae e PAA alcançaram a totalidade de 90.958 kg de alimentos. Ressalta-se que há uma rede de cooperação local entre as instituições ligadas à agricultura familiar e que há dificuldades e desafios a serem enfrentados, como a organização da produção, focada na diversificação, com o objetivo de atender à demanda, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar a logística da produção.

Palavras-chave: comercialização, desenvolvimento local, PAA, Pnae.

Institutional markets in family farming: difficulties and challenges

Abstract – Family farming has nowadays the possibility to access the institutional market, which is a way to approach family-based production to the consumer through the National School Feeding Programme (NSFP) and the Food Acquisition Programme (FAP). This study aims to describe the trajectory of access to these markets in the municipality of Mineiros, state of Goiás, Brazil, identifying the main difficulties and challenges and highlighting the social actors involved in the process. As a methodology, this study sought to perform a literature review and a documentary research in institutional reports, documents and official websites of the institutions related to agriculture in this municipality. The results show that access to NSFP took place in 2012, in an incipient way, by selling

¹ Original recebido em 19/8/2013 e aprovado em 28/8/2013.

² Engenheira-agrônoma, mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (Unitau). E-mail: marcia@fimes.edu.br

³ Graduada em Ciências Econômicas, doutora em Saúde Pública pela USP, professora assistente do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (Unitau). E-mail: qkamimura@gmail.com

⁴ Graduado em Física, doutor em Ciência pelo ITA, professor assistente e coordenador adjunto do Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (Unitau). E-mail: gomesdasilvaster@gmail.com

products to the public schools in the order of 0.63 percent and, in 2013, sale projects of NSFP and FAP have reached the total amount of 90,958 kilograms of food. It is noteworthy that there is a local cooperation network between institutions involved in family farming, and that there are difficulties and challenges to be faced, such as the organization of production, which is focused on diversification, in order to meet the demand, respect farmers' culture, meet the sanitary requirements, and organize the logistics of production.

Keywords: commercialization, local development, FAP, NSFP.

Introdução

O termo agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil em meados da década de 1990, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf). Tem sido alvo de muitos estudos no meio acadêmico e na criação de políticas públicas. Uma das últimas diz respeito à obrigatoriedade de adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, conforme Lei nº 11.947, de 2009 (BRASIL, 2009; BURLANDY, 2009; MELÃO, 2012; SCHNEIDER et al., 2008; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; VILLA REAL, SCHNEIDER, 2011). Outra lei ligada ao mercado institucional é a Lei nº 10.696, de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – (BRASIL, 2003), cuja finalidade é incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Com o estabelecimento dessas políticas de apoio à agricultura familiar e à publicação dessas leis, vem à tona uma questão até então renegada, que é a importância da agricultura familiar no Brasil. No Brasil, os programas de política pública foram voltados para os grandes agricultores. Somente nas últimas décadas os olhos se voltaram para a agricultura familiar, oportunidade em que os agricultores tiveram acesso ao Pronaf:

[...] até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...] (MATTEI, 2005, p. 11).

A agricultura familiar no Brasil representa a maioria dos estabelecimentos rurais, de acordo com dados do IBGE de 2006, e produz a maior parte dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro. De acordo com França (2009), no censo agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados demonstram uma estrutura agrária concentrada em que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, respondiam por 75,7% da área ocupada. A agricultura familiar em Goiás não é diferente da agricultura familiar no resto do País, pois aquela desempenha um papel importante na produção de alimentos (MEDINA, 2012).

Apesar da sua dimensão e importância, muitos desafios ainda têm de ser enfrentados: organização social dos agricultores, assistência técnica, escala da produção, regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos e, principalmente, acesso aos mercados.

Essas são algumas abordagens que permeiam as discussões em torno da produção familiar. No entanto, torna-se necessária uma reflexão sobre a trajetória da agricultura familiar no Brasil e os desafios que ela tem pela frente.

No Brasil da década de 1950, a maioria da população morava no campo, produzindo quase tudo para seu consumo e vendendo os excedentes. Conhecia e aproveitava os recursos naturais como fontes de alimentos, remédios, fibras, entre outros. Na década de 1970, mais

especificamente na região dos Cerrados brasileiros, chegou a agricultura moderna com todo o aporte tecnológico, representado pelas máquinas, sementes híbridas, agrotóxicos e adubos químicos, financiado pelo governo por meio de programas governamentais (crédito rural e pesquisa) e difundido de forma eficiente pela extensão rural pública (ALHO; MARTINS, 1995; ALVES, 1993). Esse apoio governamental chegou ao grande produtor; no entanto, grande parte dos agricultores familiares abandonou seu modo de vida e foi para as cidades buscar o conforto que elas ofereciam, e aqueles que ficaram no campo tentaram acompanhar essa modernidade. Porém, o que se observa na atualidade, na região do Centro-Oeste brasileiro, é o agricultor familiar descapitalizado, sem acesso à tecnologia, produzindo basicamente leite para grandes grupos que centralizam a industrialização do produto e ficando à mercê dos baixos preços pagos pela indústria (MEDINA, 2012).

A consequência dessa trajetória pode ser percebida na desvalorização do conhecimento acumulado sobre a riqueza da biodiversidade do Cerrado (FELTRAN-BARBIERI, 2004), na baixa capitalização do agricultor familiar, no uso de tecnologias inadequadas nos processos de produção, na falta de acesso aos mercados e, conseqüentemente, no abandono da atividade pelos jovens, filhos dos agricultores.

Nesse contexto, cabem novos desafios que vão desde o entendimento dos processos de produção com foco na qualidade até o acesso aos mercados. Os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são um meio de aproximar a produção do consumo, aliando o incentivo à produção de base familiar à melhoria nos aspectos nutricionais.

Assim, o presente estudo tem por objetivo descrever como se realiza o acesso aos mercados institucionais da agricultura familiar em Mineiros, município de Goiás, identificar os principais desafios e dificuldades enfrentados e destacar os atores sociais participantes do processo.

Agricultura familiar e mercado institucional

Até a década de 1990, a forma de tratamento para com os agricultores no Brasil era a mesma. Médios e grandes produtores sempre tiveram acesso ao crédito rural, sinônimo de política agrícola no País, que se mostrou, até então, seletivo e concentrador de renda. Os pequenos agricultores sempre ficaram à margem das políticas públicas. Esse fato começou a mudar com a criação do Pronaf em 1995 (PERACI; BITTENCOURT, 2010). Outro ponto, destacado por Schneider (2003), que merece destaque, pois elucidada a formulação de políticas públicas para o setor, é a ativa articulação e os movimentos sociais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), que congrega os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente com o evento *Grito da Terra*.

Entre os principais trabalhos que introduziram o conceito de agricultura familiar no Brasil, de acordo com Guanzirolí e Cardim (2000), destacam-se os estudos encomendados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. O objetivo era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, bem como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do País.

A agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação à situação dos produtores, aos modos de vida, ao meio ambiente e à aptidão das terras, não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região (GUANZIROLI; CARDIM, 2000). A agricultura familiar é definida com base em três características centrais: a gestão da unidade produtiva; a maior parte do trabalho fornecida pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra. De acordo com os dados do IBGE, do censo de 2006, a agricultura familiar responde pela maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (BRASIL, 2006; FRANÇA et al., 2009).

A agricultura familiar, mais que uma forma de organização da produção, é um modo de vida, que vem, ao longo dos anos, resistindo e tentando se firmar diante dos modelos de desenvolvimento da agricultura moderna. Esse modelo de produção, instituído no pós-guerra, é baseado na utilização de insumos químicos usados intensivamente na mecanização e é fundamentado nos conhecimentos do mecanismo de nutrição de plantas e no melhoramento genético. É um modelo que vem demonstrando resultados de crescimento na produção em larga escala no Brasil. Porém, a agricultura familiar não teve, nas últimas décadas, o mesmo crescimento que se observou na agricultura empresarial (SABOURIN et al., 2009; XAVIER, et al., 2007).

Sabourin et al. (2009) descrevem a realidade institucional relacionada à agricultura familiar no Brasil, nos últimos anos: desarticulação do sistema oficial de extensão rural; fragilidade organizacional dos agricultores, principalmente pelo uso de modelos organizacionais pouco adaptados às suas relações sociais; formação de profissionais de ciências agrárias focada numa visão tecnicista e produtivista, afinada com o modelo de agricultura empresarial; e, ainda, o fato de a maior parte da pesquisa agropecuária ser voltada aos aspectos tecnológicos da produção. Ainda nesse contexto, definindo a agricultura familiar como um setor à margem do desenvolvimento rural no Brasil, Xavier et al. (2007) dizem que as entidades e os agentes de desenvolvimento local ainda não se articularam de forma adequada para implementar propostas voltadas para o desenvolvimento, possivelmente em razão das divergências nas formas de atuação, no levantamento das demandas e na própria qualificação dos seus atores.

A agricultura familiar está relacionada diretamente às questões culturais, à segurança alimentar, à diversidade na produção, à valorização do ambiente em que está inserida e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local. Apesar das dificuldades em acessar os mercados, é também geradora de renda, pois possui atributos embutidos na sua essência, que são verdadeiros

potenciais. No Brasil, a agricultura se originou de diversos grupos, entre eles os índios, os escravos e os imigrantes europeus (ALTAFIN, 2003).

Segundo Abramovay (1998), muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das conseqüências que seu desenvolvimento pode propiciar, como as melhores condições de vida, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza.

Na agricultura familiar, há alguns atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais que dão coesão à ação extensionista. A agricultura familiar tem sua importância nos aspectos sociais, pela capacidade de contrabalançar a tendência, tão própria à sociedade brasileira, de desvalorizar o meio rural como lugar em que seja possível construir melhores condições de vida, e de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana (ABRAMOVAY, 1998, p. 142).

Atualmente, o setor vem ganhando novos ares graças às políticas públicas instituídas e ao suporte do meio acadêmico, com a realização de pesquisas sobre as múltiplas dimensões em que a agricultura familiar está inserida. A possibilidade de acessar os mercados institucionais é uma alternativa de aproximar do consumo a produção de base familiar.

Ao abordar o mercado institucional de alimentos, em seu sentido mais amplo, o setor envolve pelo menos uma das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos. Essas operações podem ter caráter contínuo, atendendo, por meio das compras dessa natureza, a escolas, creches e hospitais; ou caráter esporádico, como as realizadas para o atendimento de calamidades públicas e programas de governo ou as referentes às políticas de estado e aos programas de governo, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (MACIEL, 2008).

O PAA surgiu em 2003, como proposta integrante do programa Fome Zero, carro-chefe das ações do governo para o combate à fome e à miséria. Propõe o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares, tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização e geração de renda, e se baseou nos seguintes objetivos:

- i) incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar;
- ii) gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal;
- iii) incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde estes eram frágeis ou inexistentes;
- iv) ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- e v) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (PERACI; BITTENCOURT, 2010, p. 197).

Com a possibilidade de acessar recursos do PAA, há a garantia de renda para os agricultores familiares e também melhoria nas condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. A fome e a insegurança alimentar e nutricional ainda são uma realidade fortemente presente no Brasil, e a agricultura familiar tem um papel de destaque nesse contexto, podendo contribuir e se beneficiar dessa situação (PERACI, BITTENCOURT, 2010).

Para atingir seus objetivos, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações. Na sua operacionalização, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, para a formação de estoques

estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo governo federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual, e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais (BRASIL, 2012b). O programa opera por meio de cinco modalidades: i) compra direta da agricultura familiar; ii) compra da agricultura familiar com doação simultânea; iii) formação de estoque pela agricultura familiar; iv) incentivo à produção e consumo do leite; e v) compra institucional (BRASIL, 2012a).

Valnier (2011), em sua pesquisa, abordou a melhoria na renda dos agricultores familiares beneficiados pelo PAA. Os números mostram resultados concretos, segundo os quais a segurança na comercialização reflete-se na melhoria de vida não só dos agricultores familiares que participam do programa, mas também de todos aqueles do local e região onde eles estão inseridos. O programa mostrou-se importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, por valorizar os produtos da agricultura, aproximando produtor e consumidor, ampliando a participação da agricultura familiar no mercado, principalmente para aqueles agricultores familiares que não conseguiam vender seus produtos em supermercados, feiras, restaurantes e outros.

O autor ainda destaca que, quanto à distribuição dos recursos do programa entre as regiões do País, houve uma maior participação de algumas regiões. É o caso da região Nordeste e da região Sul, que, juntas, receberam mais de 60% do total de recursos aplicados no período avaliado, de 2003 a 2008, cujas participações no programa vêm crescendo a cada ano.

O estudo de Valnier (2011) mostra que as regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram

participação expressiva no total de recursos aplicados. Isso pode ser explicado, no caso da região Centro-Oeste, pelas características de sua agricultura, voltada para as grandes commodities, como é o caso da soja e do milho; e na região Norte, pelas grandes extensões territoriais e pelas dificuldades de acesso e escoamento dos produtos, o que vem representando um grande desafio para a consolidação do programa, especialmente para aquelas comunidades mais distantes.

Outra ação do governo federal de incentivo à aproximação entre a produção da agricultura familiar e o consumidor foi a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu um percentual mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassados aos municípios pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), os quais devem ser destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, ampliando significativamente o mercado institucional do PAA.

Quanto às questões nutricionais e à busca por hábitos saudáveis de consumo, atualmente, no Brasil, o problema da desnutrição vem passando por um processo de transição nutricional. Nesse aspecto, a questão principal tem sido transferida da baixa nutrição para a má nutrição, cuja consequência é o aumento dos índices de sobrepeso e de obesidade. Essa transição nutricional tem vários motivos, entre eles o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a ausência de atividade física, o excesso de tarefas e o tempo limitado para as refeições, que faz aumentar a procura por *fast-food*, alimentos de fácil preparo, como os industrializados, que possuem uma carga excessiva de açúcar, sal, gorduras e aditivos químicos (VILLA REAL; SCHNEIDER, 2011).

Aliado a esse cenário, observa-se que as crianças estão assumindo um papel cada vez mais importante nas decisões do consumo alimentar familiar, o que as torna um segmento de mercado cada vez mais visado nas estratégias de marketing das empresas de produtos industrializados. Souza

e Révillion (2012), em seu trabalho, evidenciam que a adoção de padrões de alimentação inadequados tem gerado a emergência de novos problemas de saúde na população infantil brasileira e que esse quadro é agravado pelo conflito entre parte do setor processador de alimentos e órgãos públicos de regulação, em particular no que diz respeito à competência de regular a publicidade de alimentos para esse segmento de consumidores. De acordo com esses autores,

[...] o estabelecimento de normativas por órgãos públicos, isentos de uma regulamentação rígida e específica relativa às informações veiculadas na propaganda e publicidade voltadas ao público infantil, beneficia não apenas os consumidores, mas também pode privilegiar as empresas realmente preocupadas em garantir a boa qualidade de seus produtos e informar corretamente o consumidor. [...] a indústria brasileira de alimentos já manifesta um movimento no sentido de industrializar, comercializar e desenvolver estratégias apropriadas de divulgação de produtos alimentícios com maior saudabilidade, porém, há um longo caminho a ser percorrido para a ampliação e adequação desses produtos a esse novo posicionamento. (SOUZA; RÉVILLION, 2012, p. 578-579).

Dessa forma, tanto o PAA quanto o Pnae são modelos que promovem a aproximação entre agricultores familiares e consumidores, fazendo a conexão entre campo e cidade. Nessa perspectiva, esses programas aparecem como possibilidade de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos, contribuindo tanto do ponto de vista social quanto do nutricional e econômico. Muitas dificuldades e desafios estão colocados na dimensão local, em que os atores sociais se articulam para que, de fato, os mercados institucionais sejam acessados.

Método

Para a realização desta pesquisa, buscaram-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental nos relatórios institucionais, docu-

mentos e sítios oficiais das instituições ligadas à agricultura em Mineiros, município de Goiás. A pesquisa, com abordagem qualitativa, teve como objetivo descrever como se realiza o acesso aos mercados institucionais da agricultura familiar nesse município, identificar os principais desafios e dificuldades enfrentados e destacar os atores sociais participantes do processo.

O município possui uma população de 52.935 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2013b). Desses, 4.637 vivem na zona rural (8,76%). A economia está baseada no setor agrícola, com a agricultura empresarial voltada para a produção de grãos, pecuária, avicultura integrada e cana-de-açúcar; e na agricultura familiar, com comunidades tradicionais, quilombolas e assentados, que, na sua grande maioria, produzem leite em escala comercial (EMATER, 2012).

Em relação à caracterização física e biológica, o município está situado numa área de grande importância ambiental. O município abriga uma das maiores áreas contínuas preservadas de Cerrado: o Parque Nacional das Emas, patrimônio natural reconhecido pela Unesco em 2002. Em se tratando dos recursos hídricos, ressalta-se que no município encontram-se as nascentes de rios que drenam três grandes bacias hidrográficas do continente sul-americano (região divisora de águas) – Bacia do Prata, Bacia Amazônica e Bacia do Paraguai (Pantanal Mato-Grossense) –, além de ser área de carga e recarga do Aquífero Guarani (PAULA et al., 2008). Destacam-se, no município, as nascentes

do Rio Araguaia, importante curso hídrico da região central do País.

O município representa, de forma muito significativa, a região de fronteira agrícola dos Cerrados, com grandes campos e topografia plana, conhecida como “chapadões”, ocupada por grandes fazendas com produção de grãos. Apresenta, ainda, as áreas mais acidentadas, com solos de textura arenosa, situadas nos vales dos rios, e conhecidas como região das “furnas”. Nessas áreas, a exploração predominante é a pecuária, realizada, na maioria, por agricultores familiares.

Resultados e discussão

Com a presente pesquisa, procurou-se conhecer como se realiza o acesso pela agricultura familiar do Município de Mineiros, GO, aos mercados institucionais no âmbito do PAA e do Pnae. Buscou-se, também, identificar as principais dificuldades, para, dessa forma, propor caminhos para superá-las, e os principais desafios e oportunidades advindos dos referidos programas.

Os dados apresentados pelo censo do IBGE, em 2006, mostram que Goiás conta com 88.436 estabelecimentos rurais familiares, correspondendo a 65% do total dos estabelecimentos rurais do estado (Tabela 1). Em Mineiros, a agricultura familiar representa 43% do total de estabelecimentos rurais e 7% da área total ocu-

Tabela 1. Estabelecimentos e áreas da agricultura familiar em 2006.

Região	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Goiás	88.436	3.329.630	47.247	22.353.918
Mineiros, GO	527	43.867	701	588.436

Fonte: IBGE (2013a).

pada. Os dados demonstram que, não diferentemente do Brasil, há uma concentração da área.

Em Goiás, a produção comercial da agricultura familiar é focada na bovinocultura leiteira, pois o leite é um produto que tem uma cadeia de comercialização consolidada. Hortaliças, frutas e demais produtos percorrem caminhos e origens desconhecidas até seu destino final. De acordo com Medina (2012), em estudos realizados com agricultores familiares no território do Vale do Rio Vermelho, em Goiás, há sistemas de produção mais diversificados, mesmo tendo a bovinocultura leiteira como a principal atividade econômica, a qual apresenta maior rentabilidade.

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar por meio do Pronaf tem demonstrado empenho dos governantes; mesmo assim, observa-se que os agricultores familiares em Goiás e em Mineiros ainda enfrentam uma série de problemas. Essa realidade pode ser percebida nos assentamentos, comunidades quilombolas e propriedades tradicionais, pois muitas famílias apresentam dificuldades em se estabelecer produtivamente, enfrentando dificuldades como a baixa rentabilidade, que gera desmotivação, sensação de exclusão e, ainda, problemas de segurança alimentar.

Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) deram início, em 2003, a um movimento para promover o desenvolvimento local da agricultura familiar. Inicialmente, foi criada uma cooperativa de crédito solidário da agricultura familiar, que focava, num primeiro momento, a promoção da utilização do crédito do Pronaf.

Iniciado esse processo, a agricultura familiar, em Mineiros, passou a contar com uma rede de colaboração. Além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Emater, participam a prefeitura, a câmara municipal, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, de crédito rural, Sebrae, Senar e empre-

sas da iniciativa privada. Como exemplo desse fortalecimento, podem ser citados a implantação de assentamentos rurais; o acesso ao crédito do Pronaf; e a criação da Cooperativa de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Creditag) em 2003, do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em 2010, e da Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros (Coopermin) em 2011.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Também viabilizam o cumprimento da Lei nº 11.947/2009, que trata da compra de, no mínimo, 30% dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, e a possibilidade de participação do agricultor familiar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Concomitantemente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar só é legitimada, com garantia de qualidade, com a certificação dos produtos no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e na Vigilância Sanitária. Localmente, os produtos de origem animal já são inspecionados pelo SIM, que foi criado pela Lei Municipal nº 1.499/2010 (MINEIROS, 2012).

Em Mineiros, o acesso ao Pnae iniciou-se em 2012, com a comercialização nas escolas municipais. De acordo com a Emater (2012), os recursos para gastos, nesse ano, com a alimentação escolar no município foram de R\$ 363.822,41 (informação até outubro de 2012), e o valor total adquirido dos agricultores familiares em 2012 foi de R\$ 2.290,35, o que representou um percentual de 0,63%, dado distante do previsto em lei, que é de 30% (ressalta-se que o início da venda se deu em junho de 2012). Faltavam produtos, e aqueles que chegavam às escolas nem sempre eram bem recebidos, principalmente pela não padronização normalmente encontrada nos produtos dos mercados convencionais. Já o início do PAA, deu-se em março de 2013, com

a elaboração do projeto encaminhado à Conab, ainda em tramitação.

A principal dificuldade encontrada localmente, de acordo com a Emater (2012), foi, inicialmente, a criação da cooperativa de agricultores, visto que, para acessar o Pnae, a venda teria de ser por meio da cooperativa. Esse processo, coordenado pelos técnicos da Emater e demais instituições da rede de cooperação, durou cerca de dois anos, visto que a cooperativa é constituída por agricultores que moram em suas propriedades e não possuem conhecimento nem tempo disponível para fazer a gestão da cooperativa. Quanto a isso, o apoio da prefeitura local foi fundamental para resolver essa questão.

Melão (2012) explicita a importância da participação dos gestores públicos na implantação dos programas voltados para o mercado institucional e os agricultores familiares. Aborda também a questão da manutenção dos costumes e hábitos alimentares locais, destacando, por exemplo, a utilização na alimentação de espécies como o baru e o pequi na região Centro-Oeste.

Outra dificuldade encontrada foi a organização da produção, visto que, localmente, o mercado é voltado para a pecuária leiteira, e os laticínios locais buscam o produto na porta do fazendeiro. Diversificar a produção, com o objetivo de atender à demanda das escolas e entidades sociais e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar toda a logística da produção foram outras dificuldades e desafios enfrentados.

Ainda com o objetivo de organizar a produção e atender aos agricultores familiares ligados à cooperativa, em 2011 foi criado o Programa de Assistência Técnica. Por meio desse programa, os técnicos das instituições da rede de cooperação local se colocaram à disposição dos agricultores para atender às suas demandas, no foco da agroecologia, que pode ser entendida como

[...] o campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e

o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, além dos demais recursos naturais e meios de vida (MARCO..., 2006, p. 26).

Em 2013, a Emater elaborou os projetos de venda dos produtos da agricultura familiar para os programas PAA e Pnae. De acordo com esses projetos, 24 agricultores, entre agricultores familiares tradicionais, assentados e quilombolas, produzirão 26 produtos, entre verduras e produtos processados, como pães e queijos, totalizando 90.958 kg de alimentos.

Assim, observa-se que a agricultura familiar pode trilhar caminhos diferentes e que cabem novos desafios para o desenvolvimento rural, que vão desde o entendimento da dinâmica da cultura local, passam pela organização, pela assistência técnica da produção e chegam ao mercado. Ressalta-se que, para implementar os programas ligados aos mercados institucionais, será sempre necessário contar com o compromisso efetivo dos atores sociais envolvidos no processo, isto é, a comunidade escolar, os agricultores familiares, os representantes das escolas e, principalmente, os gestores públicos, na busca de uma sociedade mais justa.

Considerações finais

A agricultura familiar em Mineiros, GO, representa 43% do total de estabelecimentos rurais e ocupa 7% da área cultivada. A principal atividade econômica é a bovinocultura leiteira. Além de agricultores familiares tradicionais, a agricultura familiar conta com comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Nos últimos dez anos, a agricultura familiar tem se desenvolvido em Mineiros graças à rede de cooperação local, com o envolvimento e a articulação de diversas instituições. Além disso, as políticas instituídas na dimensão federal, como o Pronaf e os programas PAA e Pnae, ligados ao mercado institucional, têm catalisado esse fortalecimento.

Entre as instituições que colaboram para a implementação desses programas localmente, destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, prefeitura, câmara municipal, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, de crédito rural, Sebrae, Senar e empresas da iniciativa privada. Como exemplo desse fortalecimento, podem-se citar a criação de cooperativas (de crédito e produção), a criação do Território Rural de Identidade Parque das Emas, a implantação do Serviço Municipal de Inspeção e, principalmente, o acesso aos mercados institucionais – Pnae e PAA.

Nesse contexto, ainda é preciso melhorar os aspectos ligados à diversificação e às tecnologias apropriadas para a produção de alimentos, com o objetivo de atender à demanda das escolas e das entidades sociais, e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar a logística da produção.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. de S. **De grão em grão, o cerrado perde espaço**: cerrado – impactos do processo de ocupação. Brasília, DF: WWF: Fundo Mundial para a Natureza, 1995.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. 2003. 225 f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

ALVES, E. Reflexões sobre política agrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 91-102, abr./jun.1993.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programas**: modalidades do PAA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos-2012/ModalidadesPAA_quadro.JPG>. Acesso em: 28 abr. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programas**: PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 28 abr. 2012b.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 851-860, maio/jun. 2009.

EMATER. **Relatório anual de atividades 2012**. Mineiros, 2012. Documento Interno.

FELTRAN-BARBIERI, R. F. **Cerrados sob fazendas**: história agrária do domínio do cerrado. 2004. 278 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. P. M. de. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

GUANZIROLI, C. H.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: Inbra, 2000.

IBGE. **Censo 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 jan. 2013a.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 jan. 2013b.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Nead estudos, 11).
- MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás**: lições para o assessoramento técnico. Goiânia: Ed. da UFG, 2012.
- MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v. 2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.
- MINEIROS (Município). Lei nº 1499, de 22 de dezembro de 2010. **Institui o serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal no município de Mineiros – SIM – MINEIROS**. Disponível em: <<http://www.mineiros.go.gov.br/mineiros/index.php#legislacao.php>>. Acesso em: 28 abr. 2012.
- PAULA, M. M. de; DIOGO, A.; RODRIGUEZ CARBALLAL, M.; GOMES, M. A. F. Realidade socioeconômica das propriedades rurais na região das nascentes do Rio Araguaia, GO/MT. In: GOMES, M. A. F. (Ed.). **Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**: implicações para a água subterrânea e propostas de gestão com enfoque agroambiental. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2008. p. 317-339.
- PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero**: e experiência brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.
- SABOURIN, E.; XAVIER, J. H. V.; TRIOMPHE, B. Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unai. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Ed.). **Projeto Unai**: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009. p. 53-93.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.
- SCHNEIDER, S.; GERHARDI, T.; TRICHES, R. M. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar Del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar Del Plata: Inta, 2008. Disponível em: <<http://www.inta.gov.ar/balcarce/alfater2008/cd/autorun.html#app=de48&4d2e-selectedIndex=1>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- SOUZA, Â. R. L. de; RÉVILLION, J. P. P. Novas estratégias de posicionamento na fidelização do consumidor infantil de alimentos processados. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 573-580, mar. 2012.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.
- VALNIER, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté.
- VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.
- XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F.; OLIVEIRA, M. N. de. Uso do enfoque de P&D para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência dos Projetos Silvânia e Unai. In: FALEIRO, F. G.; SOUSA, E. dos S. de. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cerrado**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. p. 99-108.